

GÊNERO, CULTURA E LAZER: POTÊNCIAS E DESAFIOS DESSA ARTICULAÇÃO¹

Recebido em: 10/02/2020

Aprovado em: 18/05/2020

Licença: 

*Dagmar Estermann Meyer*²

*André Luiz dos Santos Silva*³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

RESUMO: Ancorado nos estudos de gênero pós-estruturalistas e nos estudos *queer*, especialmente naqueles que se articulam, no campo da educação, às teorizações de Michel Foucault e aos estudos culturais, este texto apresenta e discute princípios, pressupostos e ferramentas teórico-metodológicas com as quais temos trabalhado, para conectá-los a temas e questões que dizem respeito aos estudos sobre e no lazer. Para tanto, ao tomarmos a cultura como elemento constituinte do lazer e ponto de articulação com os estudos de gênero e com os estudos culturais, foi possível produzir um conjunto de problematizações que nos permitem colocar em suspeição, desde as práticas de significação que disputam o que é lícito no lazer, até os fenômenos e práticas que escapam às normativas e produzem outras possibilidades de (re) existência no / pelo lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Cultura. Atividades de Lazer.

GENDER, CULTURE AND LEISURE: INVESTIGATIVE POTENTIAL AND CHALLENGES OF THEIR CONNECTIONS

ABSTRACT: Anchored in post-structuralist gender studies as well as in queer studies, especially in those that are related to the education field, to Michel Foucault's studies and, to cultural studies, this text presents and discusses principles, assumptions and, theoretical-methodological tools which we have been working with, to connect them to

¹ Versão modificada da conferência intitulada “Estudos Culturais, Gênero e Lazer” apresentada no I COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DO LAZER, promovido pelo Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, realizado na EEEFTO nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2019. A produção da fala e, portanto, deste texto, contou com o apoio e cuidado de Luiza Aguiar dos Anjos, Mauro Miskiw e Raquel da Silveira. Ressalta-se que, considerando o caráter e os propósitos do texto, são retomadas ideias e argumentos de textos já publicados por MEYER. Nessa direção, ele não se constitui como um texto inédito. Sua originalidade reside justamente no esforço que foi feito para aproximar tais ideias, conceitos e argumentos, em forma de possíveis perguntas de pesquisa, dos estudos do/no lazer.

² Pós-Doutorado no Departamento de Medicina Preventiva da USP, Doutora e Mestre em Educação pela UFRGS. Foi professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Doutor em Ciência do Movimento Humano e pós doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física na UFRGS.

themes and issues related to studies about leisure and studies in leisure. Therefore, by taking culture as a constituent element of leisure and a connection with gender studies and cultural studies, it was possible to produce a set of problematizations that allow us to question not only practices of meaning that dispute what is suitable in leisure but also the phenomena and practices that escape the norm and produce other possibilities of (re) existence in / at leisure.

KEYWORDS: Gender. Culture. Leisure Activities.

[...] suspeito que a tarefa mais difícil que temos em mãos é fazer com que [...], juntos, sejamos capazes de conter o movimento regressivo que já está instalado para fazer retroceder os ganhos parciais da revolução feminista [e LGBTTQI+], o que inclui alianças firmes contra o fundamentalismo e um investimento no sentido de se re-fundar os princípios de laicidade do Estado (CORRÊA, 2006, p.3).⁴

Um Início de Conversa

Atualmente, debates acalorados e retrocessos concretos colocam em risco direitos arduamente conquistados, bem como liberdades de expressão e de cátedra, no Brasil e em muitos outros lugares do mundo. É nessa direção que a epígrafe sugere a necessidade de seguir evidenciando o avanço e a legitimação dos feminismos, dos estudos de gênero e dos estudos LGBTTQI+ na esfera política e em vários campos de conhecimento, ao mesmo tempo em que se enfatiza a necessidade de prestar atenção na dura reação com a qual se tem procurado barrar ou fazer retroceder as transformações e a ampliação dos direitos derivados dessas lutas. Essa reação tem reativado valores morais tradicionais que voltam a orientar, oficialmente, a ação do Estado e de suas Instituições, entre elas, a Escola Pública e alguns setores da pesquisa e da produção acadêmica. Nesse movimento, gênero e sexualidade têm sido posicionados como arenas privilegiadas de ataques de grupos ultraconservadores e, em alguns casos, fundamentalistas, que se imiscuíram, com particular intensidade, na política e prática

⁴ Neste texto, opta-se por adotar nome e sobrenome das autoras e autores citados como um posicionamento político que pretende evidenciar a produção acadêmico-científica de mulheres. Tal estratégia já vem sendo adotada e legitimada por periódicos reconhecidos e bem qualificados como Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu.

educacional, curricular e pedagógica brasileiras. É preciso, então, dar visibilidade ao tema e a tudo que, nele e por meio dele, tem sido produzido e realizado.

É com esse propósito que situamos o contexto teórico-metodológico, político e ético em que se inscreve o trabalho de pesquisa que temos produzido, nos últimos 20 anos, porque é desde esta trajetória, e do que aprendemos nela, coletivamente, que abordamos o tema proposto para este texto. É importante, então, destacar que tanto a introdução dos estudos de gênero pós-estruturalistas quanto à dos estudos culturais pós-estruturalistas, no campo da educação brasileira, está fortemente conectada com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e, neste, com as trajetórias de Guacira Lopes Louro (com a criação do GEERGE⁵) e Tomaz Tadeu, bem como, com as Linhas de Pesquisa “Educação, sexualidade e relações de gênero” e “Estudos Culturais”, que, desde a primeira metade dos anos 90 do século passado, investem nesse modo de ver e de fazer ensino, pesquisa e política educacional.

Trata-se também de explicitar um ponto de vista, dentre muitos outros, no qual nos posicionamos para apreender o mundo e suas complexas relações de poder-saber quando se tratam de tematizar questões de gênero e de sexualidade. Reconhecer essas posicionalidades vai ao encontro de um pressuposto importante dos estudos feministas desde seu início, quando estes denunciaram e enfrentaram o patriarcado, a dominância de conhecimentos e de posições de poder vinculadas ao, ou orientadas pelo viés masculino, branco, ocidental, burguês, judaico-cristão, colonialista, etc., já bastante enfatizado. Além disso, o ‘descentramento da noção de sujeito universal’, com a consequente assunção de noções como posição de sujeito, discurso e relações de poder-saber, permite entender como se constrói a legitimidade de enunciações e a viabilidade de algumas dessas posições. Os conceitos nomeados se inscrevem no contexto de

⁵ Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, ativo desde 1990, quando foi criado por Guacira Lopes Louro e suas orientandas de mestrado e doutorado na época.

teorizações que efetivaram a chamada virada linguística, com a qual algumas vertentes feministas se articularam, a partir da emergência do conceito e das teorias de gênero. Tal articulação problematizou radicalmente a universalidade, a homogeneidade e a essência do sujeito mulher com que se operava até então. Além disso, aprofundou os debates já iniciados por grupos de mulheres que não se reconheciam nesse sujeito mulher universal, provocando movimentos de autocrítica, deslocamentos, desaprendizagens, reaprendizagens e disputas dentro dos diferentes feminismos. Processo que tem revelado sua produtividade e seu vigor, mas, também instituiu mais um território conflituoso, disputado e nem sempre harmonizável nesse campo. Se, na emergência do feminismo, no singular, parecia suficiente tomar a mulher dominada, também no singular, como sujeito e foco das lutas nesses movimentos, já desde a segunda onda, movimentos sociais que congregavam mulheres negras, mulheres não ocidentais, de países colonizados, e mulheres lésbicas, por exemplo, encarregaram-se de denunciar, criticar e desconstruir a suposta universalidade e homogeneidade desse sujeito e do que se entendia como dominação feminina. Esses movimentos apontaram para diferentes formas de dominação, invisibilização e desigualdades, que afetam diferentes grupos de mulheres e, também, de homens. Esse processo se aprofundou desde então, e tem levado ativistas e estudiosas de gênero, a admitir, evidenciar e a lidar com relações de poder de gênero e desigualdades sociais que se produzem e ainda se reproduzem também dentro dos movimentos feministas.

A própria pergunta ‘o que é mesmo uma mulher?’, e, portanto, também ‘o que é mesmo um homem?’, que, em um primeiro momento, não tinha cabimento porque a resposta óbvia estaria inscrita na biologia dos corpos e que, depois, foi tão rasurada e problematizada que perdeu relevância e sentido em algumas vertentes feministas, reapresenta-se, nos tempos atuais, como uma pergunta que acirra disputas políticas e

debates acadêmicos, com vigor, fora e dentro dos feminismos. Tudo isso demanda, como reforça Djamila Ribeiro (2017), recorrendo aos conceitos de interseccionalidade e de lugar de fala, o reconhecimento e a análise dessas relações de poder e de seus efeitos para os diferentes grupos sociais e envolve, também, as lutas de diferentes grupos para exercerem o direito de falarem em nome próprio.

Após essa breve caracterização da multiplicidade produtiva do campo dos estudos feministas e de gênero, este texto se ancora e faz sentido em um contexto particular, ou seja, o dos estudos de gênero pós-estruturalistas e dos estudos *queer*, especialmente naqueles que se articulam, no campo da educação, às teorizações de Michel Foucault, aos estudos culturais e, mais recentemente, aos estudos pós e decoloniais. A partir disso, delineamos algumas possibilidades de encontro e de diálogo com o campo do lazer. Entretanto, é preciso demarcar que não nos inserimos dentro desse campo, e que não retomamos as calorosas discussões e disputas conceituais que nele se travam. Também não desconhecemos a relevante e profícua produção de pesquisas que já articulam lazer e cultura, e em menor volume, lazer e gênero, que tem encontrado especialmente na Revista *Licere*, um potente canal de divulgação⁶.

Em outra direção, este texto procura questionar e problematizar ‘como’ se produz aquilo que é considerado bom, justo e legítimo quando se trata de lazer (como conhecimento e como prática), bem como o que fica de fora disso e com que efeitos nesses processos de produção. Destaca-se que o termo *legítimo* não é usado gratuitamente, pois ele permite tensionar, no limite, a própria etimologia da palavra lazer: do latim, *licere*, àquilo que é lícito. Dessa forma, apoiado numa tradição de “estudos sobre o lazer” e nas problematizações conceituais que subsidiam o que se tem

⁶ Entre 2018 e 2019, foram publicados 6 artigos que tomam gênero como categoria analítica.

chamado de “estudos no lazer⁷”, este texto toma a cultura como elemento constituinte desse campo e, portanto, como ponto de articulação potente com as perspectivas de gênero e dos estudos culturais com que temos operado.

Cultura, Gênero e Lazer: Articulações

Alguns pressupostos e princípios balizam e sustentam essa articulação, a começar pelo fato de que eles se inscrevem nos movimentos epistêmicos que têm sido nomeados de virada linguística e virada cultural. Com eles, afirma-se a centralidade da linguagem para a significação do mundo, define-se cultura como um campo de lutas pela significação e privilegia-se a interrogação das relações que se estabelecem entre cultura, conhecimento, sujeito e poder (MEYER, 2012). As abordagens teóricas que se aliaram ao pós-estruturalismo e, em especial, à teorização foucaultiana estão menos preocupadas em buscar respostas para *o que as coisas de fato são*, e mais interessadas na descrição e análise de processos por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos no contexto de determinadas redes e relações de poder. Por isso, a pergunta ‘o que é mesmo uma mulher’ pode ser tão rasurada e problematizada. É também por isso que anunciamos que não entraríamos na discussão do que é mesmo lazer. Porque importa colocar outras perguntas, como: quem pode conhecer? O que se pode conhecer e como se pode conhecer? Com que efeitos, para quem? Ou, no que se

⁷ Alguns pesquisadores (José MAGNANI, 2018; Marco STIGGER e Mauro MYSKIW, 2015; STIGGER e MYSKIW e Raquel SILVEIRA, 2018) em especial aqueles que operam com os pressupostos da antropologia, tem produzido algumas problematizações acerca dos efeitos da adoção da definição prévia sobre o que é lazer, propondo processos de investigação que tomam o “Lazer de perto e de dentro” (MAGNANI, 2018), ou ainda, o que se passou a chamar de “estudos no lazer” (STIGGER e MYSKIW e SILVEIRA, 2018). Assim, grupos de pesquisa como GESEF (ESEFID), GEPLEC (UFPR), GEFut (UFMG) têm se dedicado cada vez menos sobre o que o Lazer é, investindo esforços sobre o que o Lazer pode ser, ou seja, sobre os sentidos e significados que passa a assumir na vida das pessoas e nas organizações dos grupos. Enfim, sobre esse debate, cabe ressaltar que os estudos no lazer não se colocam como “superação” aos estudos sobre o Lazer, haja vista seus impactos na produção do conhecimento e no subsídio à produção de políticas públicas, por exemplo. Estudar no Lazer teria um caráter de complementariedade e também de afinamento teórico com alguns referenciais em específico (STIGGER e MYSKIW, 2015).

refere ao lazer, diretamente: quem são os sujeitos/instituições enunciativos dos discursos sobre lazer considerados legítimos e a quem eles são endereçados? Como gênero e sexualidade atravessam tais discursos? Como se fala com e para os diferentes sujeitos e grupos a serem interpelados, em quais circunstâncias e condições? Essas perguntas são possíveis e fazem sentido porque se admite o caráter histórico, social e contingente do conhecimento e que a linguagem é o lócus em que, em meio a lutas e disputas, operam múltiplas redes de significação que, no que nos diz respeito, produzem o que é dizível e, portanto, também pensável e vivível, como gênero e como sexualidade, em cada época, em cada lugar e em cada cultura (MEYER, 2012).

Cultura tem sido entendida, nessas abordagens, como um heterogêneo e intrincado processo que forja certo entendimento comum sobre as coisas do mundo e, a partir do qual, determinados indivíduos tornam-se e reconhecem-se pertencentes a determinados grupos e não a outros (MEYER, 2012).

A cultura, entretanto, envolve mais do que um conjunto de significados compartilhados por um ou sobre um grupo; ela também diz respeito aos múltiplos sistemas de significação que, a partir de diferentes redes de poder, disputam sentidos que codificam, organizam e regulam condutas (HALL, 1997a, 1997b; WOODWARD, 2000; VEIGA-NETO, 2003). Cabe ainda ressaltar que diferentes grupos humanos produzem, resistem e são interpelados por diferentes discursos, o que lhes permite viver de determinadas formas, bem como compreender, de distintos modos, um mesmo fenômeno ou objeto:

São esses sistemas e códigos de significação, que são produzidos e operados por meio de distintas linguagens, que permitem atribuir sentidos, por exemplo, aos corpos, generificando-os, sexuando-os e hierarquizando-os nos mundos em que vivemos e nos movimentamos (MEYER, 2012, p.52).

Hall (1997b) indica que é preciso analisar as culturas tanto em seus aspectos substantivos quanto em seus aspectos epistemológicos. Os aspectos substantivos

envolvem aqueles elementos da cultura que utilizamos, de forma quase naturalizada, na organização das atividades da nossa vida diária, das instituições e das nossas relações culturais cotidianas, em qualquer momento histórico: por exemplo, o que comemos e o que vestimos e como tomamos essas decisões; como realizamos e dividimos o trabalho doméstico; as maneiras como separamos (ou não) nossa vida privada da vida pública e o que consideramos como trabalho ou como descanso, lazer e entretenimento; e, sobretudo, o que classificamos nos domínios do que compete a homens e mulheres ou do que caracteriza as masculinidades e feminilidades. Os aspectos epistemológicos remetem à conexão da cultura com a produção de conhecimento e da conceituação, ou seja, ao *como* ela é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo, e ao *como* os atravessa: os conhecimentos científicos, as tecnologias da informação, as inovações diversas utilizadas nas práticas de lazer ou que constituem mesmo essas práticas (os *games*, por exemplo).

Delineado esse contexto mais geral, apresenta-se, de forma mais detalhada, a perspectiva de gênero em suas articulações com sexualidade e corpo com que trabalhamos, vinculando-a com algumas contribuições dos estudos culturais, para aproximá-las, em forma de perguntas e não de respostas, dos estudos de lazer, que são o foco do texto.

Os estudos de gênero pós-estruturalistas permitem rejeitar e problematizar noções biologicistas, essencialistas e universais de mulher e de homem, e de feminilidade e masculinidade, para argumentar que, no interior de diferentes processos culturais, os indivíduos e seus corpos são transformados em – e aprendem a reconhecer-se como – sujeitos e corpos generificados (MEYER, 2004). Para chegar a essa afirmação, um complexo percurso foi percorrido e ele merece ser brevemente recuperado e detalhado.

Joan Scott (1995), ao associar-se à analítica de poder desenvolvida por Michel Foucault e a todas as implicações que derivam disso, afirma que o gênero é uma forma primária de exercício do poder em nossas sociedades. Poder que, na abordagem foucaultiana, deve ser entendido como uma força produtiva, que se exerce em todas as instâncias e relações, sobre corpos individuais (como poder disciplinar) e sobre corpos coletivos (como biopoder), nas diferentes formas de gestão da vida e das condutas nas sociedades contemporâneas. Na confluência entre gênero, cultura e lazer, uma analítica do poder, nesses termos, implica, por exemplo, o exercício de mapear, descrever e analisar: 1) sistemas de diferenciação de gênero e de sexualidade que determinadas relações de poder colocam em movimento por meio de conhecimentos e práticas de lazer permitidos e legitimados nas diferentes culturas; 2) os objetivos perseguidos pelos grupos e instituições que exercem tais poderes; 3) modalidades de exercício de poder (mecanismos, estratégias, tecnologias, técnicas) utilizadas nessas relações, em contextos e formas de lazer específicos; 4) os processos de institucionalização desses poderes, isto é, como eles se incorporam em leis, políticas e programas públicos, processos formativos, regramento das práticas, etc.; 5) graus de racionalização desses poderes (como se elaboram, se transformam e/ou se organizam procedimentos, que incidem sobre, e/ou conformam, e/ou legitimam e/ou ajustam determinadas relações de gênero e sexualidade a determinadas práticas de lazer) (FOUCAULT, 1995; MEYER, 2012). No entanto, para entender e dimensionar a extensão e o peso dessa associação com a teorização foucaultiana foi preciso tempo e um longo percurso de estudos, que, embora produtivo, ainda é contestado.

Além da articulação com as proposições de Michel Foucault, Scott (1995) recorreu, também, à desconstrução, nos moldes propostos por Jacques Derrida, para problematizar o binarismo instituinte das formas de ver, de pensar e de falar sobre o

mundo na racionalidade moderna ocidental. Aqui, destacam-se especialmente oposições como cultura e natureza, homem e mulher, masculino e feminino, sexo e gênero, público e privado, mente e corpo, razão e emoção, trabalho e lazer. Com essa articulação Scott (1995) defende a potência de desconstruir/suspender/borrar tanto a separação estrita entre tais polos quanto à suposta unidade existente no interior de cada um deles. Nessa direção, a desconstrução permite dar visibilidade à interdependência constitutiva entre o que se define como homem e mulher e masculino e feminino, nas diferentes culturas e dentro das mesmas culturas, no tempo presente e ao longo do tempo, e confere peso à compreensão de que feminilidades e masculinidades, no plural, se constroem em relação. Nesse movimento desconstrutivo, uma multiplicidade de formas possíveis de viver masculinidades e feminilidades torna-se visível, e evidencia-se que relações de poder de gênero se inscrevem nos corpos e são exercidas entre grupos de mulheres e grupos de homens e, de forma importante, no interior de cada um deles. E isso se reverte em desigualdades sociais que atingem, de forma muito diferenciada, diferentes grupos de mulheres e de homens, ao se articular, por exemplo, com raça/cor, classe social, geração, etc., (perspectiva que se tem aprofundado e complexificado com os debates sobre interseccionalidade). Por fim, Scott (1995) sinaliza ainda que o gênero não só produz e se inscreve nos corpos, mas atravessa e organiza doutrinas, políticas e instituições, ao dizer que ele pode ser compreendido como a organização social da diferença sexual.

Gênero é, então, definido por ela como “o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. Não podemos [diz Scott, 1988] ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, e não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos” (p. 2). Com essa afirmação, inicia-se a inversão da equação

sexo – gênero que sustenta as abordagens apoiadas tanto no determinismo quanto no fundacionalismo biológicos, porque o que está dito aqui é que, como conhecimento sobre o corpo, o gênero produz o sexo e não o contrário. Corroborando essa compreensão, Linda Nicholson (2000) afirma que “a sociedade [e a cultura] forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo [e, portanto, também o sexo] aparece” (p. 9). E isso é radicalizado por Judith Butler ao argumentar que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25). Acompanhando essas autoras, Catharina Silveira (2019) sintetiza a discussão de forma exemplar em sua tese de doutorado, ao dizer que o corpo é o que se diz dele por meio de conhecimentos generificados e, nessa perspectiva, “são os conhecimentos informados pelo gênero que fazem aparecer a materialidade dos corpos” (p.41). Desse modo, entende-se que o argumento de Silveira (2019) apresenta um *insigth* potente para ser explorado nos estudos sobre e no lazer. Como o gênero informa os conhecimentos que, articulados, configuram o que passa a ser nominado como estudos de lazer? Como se produzem e legitimam determinadas práticas de lazer e os corpos aos quais elas se endereçam?

Butler (1993) também problematiza a relação entre sexo, gênero e as políticas de conhecimento e de identidade que nelas se sustentam. Ela descreve uma política de gênero na qual, por meio de um processo de repetição contínuo e ritualizado, o sexo se torna matéria e os efeitos de gênero são estabilizados. Essas autoras produzem, assim, um conjunto de formulações que não necessariamente convergem em todos os pontos, mas que assumem e teorizam o corpo como uma variável produzida pelo gênero (DAL’IGNA, e cols., 2019).

Na mesma direção, diferentes autoras e autores têm tomado como premissa a ideia de que o corpo e suas marcas só passam a existir na cultura. Nesse sentido, destacam-se: Guacira Louro (2004), Carmem Lúcia Soares (2011), Silvana Goellner (2008) e Ana Márcia Silva (2014). Nesse sentido, o corpo é tomado como “uma materialidade nomeada como biológica que se torna elegível e inteligível a partir de uma base normativa constrictiva que o explica (e posiciona nas tramas da validade e da abjeção) em uma determinada cultura”. E, em função dessa compreensão, os corpos e seus marcadores são classificados e hierarquizados dentro de um sistema de significação que lhes atribui diferentes posições de sujeito e/ou identidades – posições e identidades que se constituem como marcas de poder (DAL’IGNA, Cols., 2019, p. 05).

Delimita-se aqui um ponto de encontro potente com as discussões em torno dos processos de diferenciação e dos processos de significação propostas pelos estudos culturais, quando problematizam, com as noções de pedagogias culturais e de representação, a produção de identidades, diferenças e desigualdades e a hierarquização de corpos e de identidades que lhe são intrínsecas. Nessa direção, debruçar-se sobre o exame de pedagogias culturais no campo do lazer, significa tanto tomar a mídia quanto a indústria cultural como artefatos que produzem ou realizam pedagogias. Contudo, Marlucy Paraiso (2010), vai, além disso, ao dizer que o lazer, em sentido amplo, pode ser tomado como uma prática cultural produtiva, que produz sujeitos de determinados tipos. Incorporados aos estudos de gênero, por Louro (2001), como pedagogias de gênero e de sexualidade, esses conceitos permitem descrever e analisar como a educação – em sentido bem ampliado – “opera, conforma e constitui elementos para pensar-viver a sexualidade e as relações de gênero como dimensões importantes na constituição dos sujeitos” (POCAHY e DORNELLES, 2019, p. 130).

Para o campo do lazer isso é produtivo na medida em que coloca em evidência os efeitos sociais e políticos de seus processos educativos formais e informais. Ou seja, uma vez que assumimos que estes são atravessados e organizados por gênero, os diferentes modos, tempos e espaços nos quais o lazer é experienciado produzem saberes, regulam condutas, colocam poderes em movimento e, dessa forma, estão implicados, portanto, com a produção discursiva de corpos, gêneros e sexualidades. Nesse sentido, a dissertação e a tese de Ileana Wenez (2005; 2012), Priscila Dornelles (2007; 2013), além dos expressivos estudos desenvolvidos por Helena Altmann⁸, no campo da educação física e do recreio escolar, são exemplos da produtividade dessas análises. Além das autoras citadas, pesquisadoras e pesquisadores vinculadas (os) à história das mulheres, ou que se valem do gênero como categoria para suas pesquisas históricas, em que se destacam Silvana Goellner⁹, Ludmilla Mourão¹⁰ e Meryl Adelman¹¹, dentre outras e outros, têm revelado diferentes maneiras pelas quais mulheres e homens têm acessado o esporte e contribuem para pensar as relações entre gênero, sexualidade e lazer.

Conforme o que foi exposto, até aqui, o corpo e o sexo constituem um campo privilegiado de lutas pela significação nos quais se investe na direção de estabilizar sentidos, produzindo marcas identitárias reconhecíveis nos corpos, mas também se produz a possibilidade de subverter e desarranjar as normas regulatórias por meio da própria repetição normativa, gerando como efeito, portanto outras possibilidades de sentidos para os corpos (DAL'IGNA, e cols, 2019). E o lazer, como prática discursiva, está implicado tanto nos processos de fixação quanto nas possibilidades de sua subversão.

⁸ Destacamos: Altmann (2015); (2001) e (1999).

⁹ Destacamos: Goellner e Márcia Figueira (2013); Goellner, Paula Silva e Paula Botelho (2013).

¹⁰ Destacamos: Mourão e Elias (2010).

¹¹ Destacamos: Adelman (2015) e (2011).

Além do que foi anteriormente dito, as contribuições e problematizações evocadas pelos estudos *queer* e pelos transfeminismos, tornam ainda mais complexa a discussão, uma vez que eles apontam para dois diferentes, porém estreitamente ligados, sistemas normativos, no âmbito das sociedades e das culturas ocidentais modernas, os quais contribuem para definir e reiterar tanto certa ligação naturalizada entre sexo, gênero e sexualidade quanto uma conexão naturalizada entre corpo, sexo e gênero. Tais articulações acionam um conjunto amplo de tecnologias para tornar esses sistemas reconhecíveis, legíveis e reguladores das práticas sociais, instituições e políticas e, nessa perspectiva, o sexo é posicionado como o principal objeto para garantir a normalização do social, por meio da cisnormatividade e da heteronormatividade.

Desse modo, um corpo sexuado e generificado é definido a partir de bases epistemológicas que, por meio de determinadas relações de saber-poder, posicionam o sexo como elemento pré-discursivo, cuja materialidade visível e palpável colocaria em evidência a natureza humana. Essa compreensão, entretanto, de acordo com Beatriz Preciado (2014), seria “efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade” (p. 25). Disso resulta a produção performativa que situa o corpo e o sexo como produtos da natureza, uma base sobre a qual se situam e sustentam-se o gênero (binário) e a sexualidade (e seus derivados), gerando, portanto, o alicerce para a cisnormatividade e a heteronormatividade, aqui assumidas como normas regulatórias.

A heteronormatividade institui e fundamenta, portanto, a noção de sexo binário e dimórfico que permite nomear indivíduos e seus corpos como masculinos ou femininos, produzindo a compreensão de tais identidades como: “opostas e complementares no âmbito da experimentação do gênero, dos desejos e dos prazeres, gerando, inevitavelmente, a heterossexualidade como expressão “natural/normal” da sexualidade.

Afirma-se, assim, a compulsoriedade da heterossexualidade.” (DAL’IGNA, e cols., 2019, p. 06)

E, desde a ótica transfeminista, afirma-se também a cisgeneridade e a cisnormatividade. Hailey Kass (2015) explica que “em uma sociedade ciscêntrica, as pessoas cis apresentam posição de privilégio a partir de um campo epistêmico e uma política de gênero cis que funciona regulando as práticas do Estado e do mercado, legitimando os corpos ‘alinhados’ e tornando outros impossíveis e inviáveis”. Viviane Vergueiro (2015, apud Júlia PONTES e Cristiane SILVA, 2018) descreve a cisnormatividade considerando três aspectos interdependentes e interligados que precisam ser problematizados, quais sejam: “a pré-discursividade, o binarismo e a permanência (ou imutabilidade) dos gêneros”. Dessa maneira, a cisnormatividade opera “inscrevendo como pré-discursivas as marcas corporais relacionadas ao ‘sexo biológico’, tomando-as posteriormente como critérios naturais e objetivos para a definição” do gênero (PONTES; SILVA, 2018, p. 409).

Para discutir esses sistemas normativos importa-nos, também evidenciar o que entendemos como sexualidade. Nesta abordagem, assume-se que “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política” e que, tal como o gênero, ela é “aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2001, p. 11). Paraiso e Maria Carolina Caldeira (2018) referem-se às sexualidades no plural, para afirmar que elas envolvem “vivências de sensações, desejos e prazeres que, se podem imprimir sofrimentos e exclusões, podem desencaixotar emoções, insuflar uma erótica desejante no mundo e fazer tremer os controles que buscam, a todo custo, conter a vida que jorra.” (p. 13).

Nessas fronteiras entre exclusão/abjeção, suspensão dos controles e fruição dos corpos e das sexualidades nomeadas de desobedientes ou dissidentes, Fernando Pocahy

(2012a e 2012b), por exemplo, coloca em evidência a potência disruptiva de determinados corpos que se reconstróem na interseccionalidade entre envelhecimento e certa erótica gay, em determinados espaços e práticas de sociabilidade e lazer como as saunas e as boates gays. Nessa linha das dissidências, e analisando artefatos da indústria do pornolazer, temos também alguns trabalhos desenvolvidos por Giuliano Pimentel (2012). E, nessa mesma direção, podem ser citados trabalhos como o de Marie Tavares (2011), que examinou as Paradas LGBT¹²; Luiza dos Anjos (2018), com seu estudo sobre a Coligay; a pesquisa de Raquel da Silveira (2008) sobre sociabilidades homossexuais no futsal feminino, entre outros.

Então, se as sexualidades são aprendidas, se as diferentes possibilidades de vivê-las podem funcionar tanto como provocadoras de hierarquias, sofrimentos e exclusões quanto como possibilidades para colocar sistemas normativos, de regulação e de controle em xeque e, eventualmente, “bagunçá-los”, é preciso ampliar a discussão em torno desse conceito, na direção proposta por Foucault. Esse autor argumenta (1999) que a sexualidade funciona como ponto de ligação entre o poder exercido sobre o corpo dos indivíduos e o poder exercido sobre a população. Constitui-se, nessa ligação, um sistema biopolítico cisheterocentrado que investiu na normalização disciplinar e regulatória da sexualidade e atua como definidor do que é um sujeito viável a partir das normas de gênero (BUTLER, 2001). E é ao funcionar como elemento de conexão entre formas de exercício de poder sobre corpos individuais e o poder exercido sobre a população – na direção do que o autor propõe com o conceito de biopolítica – que o gênero e a sexualidade se tornam elementos estratégicos dos processos de regulação da vida dos indivíduos e das populações nas sociedades em que vivemos e o esporte e o

¹² Toma-se aqui a sigla utilizada pela autora à época da defesa de sua dissertação.

lazer, com as perspectivas inclusivas, têm sido “lócus” importante de investimentos desse tipo.

Essa é, pois, mais uma potente (e necessária) discussão no campo do lazer, qual seja, a de colocar em foco processos de generificação de políticas e programas públicos de lazer e de entretenimento, e de seus efeitos, em suas múltiplas dimensões. Tomadas como biopolíticas, tais políticas educam e, ao fazê-lo, produzem formas de gestão da vida, posições de sujeito e relações sociais em jogos de saber-poder que, ao fim e ao cabo, engendram “um ideal regulatório para as vidas [e] oferecem uma noção de humano que importa” e que, conseqüentemente, está “habilitado a circular nos domínios do viável e do possível na vida em sociedade” e nos seus espaços institucionais como *sujeito normal*. E, nessas tramas do poder produzem-se, também, “os limites da participação social e da democracia como uma disputa constante” (POCAHY; DORNELLES, 2019, p. 129).

Mais Provocações que Podem Inspirar Pesquisas

Em síntese, os pressupostos de que o gênero “é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1988) e que “os corpos são o que são na cultura” (LOURO, 2004) colocam determinadas questões às Áreas como a educação, o esporte e o lazer: quais conhecimentos estão envolvidos e são reconhecidos como legítimos, nos processos de significação dos corpos, ou de determinadas partes dele, em uma determinada época e lugar? Como os sentidos que atribuímos à sexualidade e ao gênero e suas relações com determinadas práticas de lazer e de entretenimento disponibilizadas, privilegiadas e permitidas nos diferentes grupos culturais, foram produzidos? Quais significados de gênero, sexualidade, homem, mulher, gay, lésbica, trans, entre outros, são compartilhados, rasurados e/ou contestados

em diferentes práticas de lazer e de entretenimento, e por quais grupos? O que acontece quando eles são contestados, rejeitados ou disputados por diferentes grupos? A quais grupos sociais, quais práticas de lazer tem se endereçado e quais tem sido os equipamentos sociais a eles disponibilizados? Quem são os sujeitos que, historicamente, tem sido incentivados para quais praticas de lazer? O que a intersecção entre gênero, classe, raça e geração permite compreender acerca do lazer e sobre as relações de saber-poder que ali se inscrevem? Que desigualdades sociais se produzem aí? Que lazers têm sido produzidos e vivenciados por sujeitos que escapam e/ou contestam os sistemas cisheteronormativos? Que formas de controle, de regulação e/ou de possibilidades de vida tem se constituído, nas fronteiras entre a viabilidade e a abjeção, nas práticas de lazer? Que saberes sobre os corpos, gêneros e sexualidades têm sido produzidos em meio às interdições e incentivos às práticas de lazer? Ou ainda, que (re) existências podem se produzir, ou tem se produzido, nos interstícios, nas frestas e na reconfiguração de práticas de lazer?

Vários desses questionamentos já circulam e têm sido produtivamente explorados no campo do lazer, e este estudo não tem a pretensão de estar aqui “inventando a roda” nem prescrevendo o que se deveria estudar nesse campo. O que, aliás, iria à contramão do referencial adotado nesta pesquisa. O propósito desta discussão e das questões dela derivadas é defender que o social e a cultura são, de forma extensiva, generificados, porque o gênero atravessa e constitui, de algum modo, todos os sistemas de significação, controle e regulação que constituem a cultura bem como os aparatos que constituem a sociedade. Por meio desses processos de significação e desses aparatos de gestão e de regulação da vida social, Silveira (2019, p.42) resume: “atravessados e constituídos [também] pelo gênero, que a vida é governada”. Dessa maneira,

[...] importa pensar, então, que o governo sobre a vida é sempre constituído por conhecimentos generificados e tomados como verdadeiros, em um determinado tempo e contexto. E, no tempo presente, os conhecimentos reconhecidos como verdadeiros ainda significam a vida – *a priori* – como cisgenerificada e hetero-organizada. Esses conhecimentos [tem-nos mostrado] que é assim que a vida é, e que, portanto, é nessa direção que ela [deveria] ser descrita e investida (SILVEIRA, 2019, p. 42).

Por fim, entende-se que é também nessa arena, e ao colocar esses modos de ver e de pensar em suspenso, para rasurá-los, que se torna possível reinventar outros modos de produzir conhecimento e fazer política, fazendo emergir outros corpos e subjetividades no complexo jogo de produção de nossas vidas nas sociedades contemporâneas.

Post Scriptum – Enquanto finalizávamos este texto, entramos de roldão na pandemia do Covid-19. Impossível produzir qualquer reflexão mais complexa sobre as formas de regulação e controle que serão instituídas e mobilizadas neste contexto de crise profunda das nossas formas contemporâneas de viver e morrer, e tampouco é possível prever que corpos e subjetividades emergirão de tudo isso. Certo é que não seremos os mesmos...

REFERENCIAS

ADELMAN, Meryl. Riding for our lives: women, leisure and equestrian practice in Brazil today. **Mondes du Tourisme**, v. 1, p. 51-63, 2015.

_____. As mulheres nos esportes equestres: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 19, p. 931-953, 2011.

ALTMANN, Helena. **Educação física escolar: relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015. v. 1. 176p.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Florianópolis, UFSC, v. 9, n.2, p. 575-585, 2001.

_____. Marias (e) homens nas quadras: sobre a ocupação do espaço físico escolar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n.2, p. 157-174, 1999.

ANJOS, Luiza. A. dos. **De "São bichas mas são nossas" à "Diversidade da alegria":** uma história da torcida Coligay. Tese de Doutorado em Ciências do Movimento Humano – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge. 1993.

_____. **Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: G. L. Louro (Org.), **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** (p. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CORRÊA, Sônia - **O que mudou com o feminismo?** Informe ABIA, Rio de Janeiro, 6 de março de 2006. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/6_O_que_mudou_com_o_Feminismo_-_Sonia_Correia.pdf . Acesso em: 14 mar. 2020 .

DAL’IGNA, Maria. C.; MEYER, Dagmar. E. E. ;DORNELLES, Priscila. G. ; KLEIN, Carin. **Gênero, Sexualidade e Biopolítica: Processos de gestão da vida em políticas contemporâneas de Inclusão Social. Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives**, 2019.

DORNELLES, Priscila. G. **A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física escolar**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

_____. **Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na educação física escolar na perspectiva de gênero**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGEd, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. p. 231-249.

GOELLNER, Silvana. V. SILVA, Paula; BOTELHO-GOMES, Paula. **A sub-representação do futebol praticado por mulheres no jornalismo esportivo de Portugal: um estudo sobre a Algarve Women’s Football Cup. Movimento** (UFRGS. Impresso), v. 19, p. 171-189, 2013.

GOELLNER, Silvana. FIGUEIRA, Márcia L. M. **Quando você é excluída, você faz o seu: mulheres e skate no Brasil**. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 41, p. 239-264, 2013.

_____. A produção Cultural do Corpo. *In*: LOURO, Guacira; OLIVEIRA, Jane F.; GOELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p. 28-40.

HALL, Stuart. The work of representation. *In*: HALL, Stuart. (org.) **Representation: cultural representation and signifying practices**. London; New Delhi: Sage; Open University, 1997a.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997b.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?** Uma Breve Introdução. 2ª Versão 2015. Disponível em: http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf Acesso em: 09 mar. 2020.

LOURO, Guacira. L. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. *In*: GUACIRA, Louro (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade** (p. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAGNANI, José. G. C.; Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. *In*: MAGNANI, José. G. C e SPAGGIARI, Enrico. (Orgs.). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Sesc, 2018.

MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

_____. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2004, v.57, n.1, p.13-18. ISSN 0034-7167. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000100003>.

MOURÃO, Ludimila; ELIAS, Rodrigo. Automobilismo Carioca: memórias de um piloto e as corridas de rua de 1954 a 1966. **Movimento** (UFRGS. Impreso), v. 16, p. 49/1-68, 2010.

_____. GOELLNER, Silvana; VOTRE, Sebastião. J.; FIGUEIRA, Márcia. L. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 13, p. 1, 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 09- 41, 2000.

PARAÍSO, Marlucy. A. Currículo e formação profissional em lazer. *In*: ISAYAMA, Hélder F. (Org.). **Lazer em Estudo**. Campinas: Papius, 2010, p. 27-58.

PARAÍSO, Marlucy; CALDEIRA, Maria. C. Currículo, Gênero e Sexualidade para fazer a diferença. *In*: CALDEIRA, Maria. C. PARAISO, Marlucy. (Orgs) **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

PIMENTEL, Giuliano. Imagens e representações sobre e no pornolazer. Jornada Internacional de Estudos do Discurso. ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO, 1. **Anais...** edição, 2012.

POCAHY, Fernando A.; DORNELLES, Priscila. Problematizando gênero e sexualidade em interlocução com educadoras/res de uma escola confessional-filantrópica. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, p. 127-150, 2019.

_____. 'Vem meu menino, deixa eu causar inveja': ressignificações de si nas transas do sexo tarifado. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), v. 11, p. 122-154, 2012a.

_____. Entre vapores & vídeos pornô: dissidências homo/eróticas na trama discursiva do envelhecimento masculino. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 20, p. 357-376, 2012b.

PONTES, Julia. C. de; SILVA, Cristiane. G. da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamento e diferenças nas narrativas das pessoas trans. **Periódicus - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, n. 8, v. 1, nov.2017/abr. 2018.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de M. P. Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

SCOTT, Joan. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.

SILVA, Ana. M. Entre o Corpo e as Práticas Corporais. **Revista Arquivos em Movimento**, v10, n 01 p. 5-21. 2014

SILVEIRA, Catharina. **Bom senso como prática docente na Educação Infantil**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SILVEIRA, Raquel da. **Esporte, homossexualidade e amizade**: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino. Dissertação de mestrado em Ciências do Movimento Humano – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

SOARES, Carmen. L. As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940). **Pró-Posições** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 67-80, 2011.

STIGGER, Marco. P.; MYSKIW, Mauro; SILVEIRA, Raquel da. Estudos no lazer e contribuições do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF-UFRGS). In: UVINHA Ricardo R. (Org.). **Lazer no Brasil**: grupos de pesquisa e associações temáticas. 1ed.São Paulo: Edições Sesc, 2018, v. 1, p. 240-257.

_____; MYSKIW, Mauro. O lazer entre a conteudização e a compreensão: olhares das subáreas da educação física. *In*: STIGGER, Marco P. (Org.). **Educação Física + Humanas**. 1ed. Campinas: Autores Associados, 2015, v. 1, p. 155-180.

TAVARES, Marie. L **Na Parada do Lazer**: Diagnóstico do campo de atuação em ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG. Dissertação de Mestrado em Lazer – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 5-15, Aug. 2003. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200002&lng=en&nrm=iso. access on 09 Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200002>.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 224f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WENETZ, Ileana. **Gênero e Sexualidade nas Brincadeiras do Recreio**. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

_____. **Presentes na escola e ausentes na rua**: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade. Tese de Doutorado em Ciências do Movimento Humano – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

WOODWARD Kathryn. Identidade e diferença uma introdução teórica e conceitual *In*: SILVA, Tomaz T. da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Endereço dos Autores:

Dagmar Estermann Meyer
Rua Carlos von Koseritz, 564/401 – São João
Porto Alegre – RS – 90.540-030
Endereço Eletrônico: dagmaremeyer@gmail.com

André Luiz dos Santos Silva
Avenida Teresópolis, 3018/404 – Teresópolis
Porto Alegre – RS – 90.870-000
Endereço Eletrônico: andrels@ufrgs.br